

Ver se Transcreve:

- 1º Que seja destacado para cada uma das freguesias, mais um canteiro de limpeza;
- 2º Que seja dada prioridade ao arranjo das Ruas de circulação de gentilhez (Rua de Baixo, Rua de cima e barco da fundação).
- 3º Que sejam notificados Todos os proprietários que devem renovar os encanamentos dos prédios vacados;
- 4º Retificativamente a Todos os proprietários que não cumpriram, deve a câmara, lidando com os mesmos, encontrar soluções a disto pôr;
- 5º Que seja proibida a colocação de barreiras de vedação, confrontando com a via Pública.

Seguir-se-á depois a discussão e votação da proposta sobre "Aumento do preço da água aos consumidores".
A essa votação teve como resultado vinte votos contra e quatro abstenções, tendo sido postanto rejeitada a proposta.

Retomou-se ao seguinte ponto da ordem de trabalhos, discussão e votação da mesma proposta apresentada pela câmara Municipal sobre a manutenção de reajuste de 10% para mil novecentos e oitenta e quatro, sobre as esferas Municipais e impostos, verificou-se que a proposta foi aprovada, após discussão por trinta votos a favor, dez contra e três abstenções.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sócio Presidente da Fresa, deu a sessão por encerrada, da qual e, para constar, se largou a presente Acta que vai ser imediatamente assinada e encaminhada para o seu forsto legal, ficando secretária e auxiliar presenciada.

Acta N.º 22 - 1983

Aos vinte e nove dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e três, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, no salão Nobre dos Párgos do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal na sua Terceira Sessão

Sánchez J.

ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.

1 - Informações

2 - Primeira revisão do orçamento ordinário da câmara municipal, para o ano económico de 1983.

3 - Discussão e votação da proposta do Município sobre a alteração do preço e renda da água para consumo público e a "água de contadouros".

4 - Informações do Presidente da câmara, acerca da actividade Municipal.

5 - Plano de Saúde para a região do Alentejo - Eleição de seus representantes da Assembleia Municipal para o Grupo concelhio:

Feita a chamada dos membros da Assembleia verificou-se que faltavam os Senhores Alexandre dos Reis Anna dos, que justificaram por doença, António da Cunha Patrício, António Afonso Vaias e Francisco Heates, dando-se imediatamente inícios à reunião por se constatar a existência de quorum.

O Senhor Presidente da Festa da Assembleia convidou para fazer uma explanação sobre o dito assunto mas se dedicar numa discussão fora da sede do concelho, tendo referido que tal não se sacrificou, apesar de que tinha ficado deliberado na estrutura sessão, por não ter sido possível aos servicos da câmara assegurar os transportes. Na mesma ocasião referiu Tamídeo que a ordem de trabalhos era demasiado longa devido ao facto de ter havido uma certa confusão em relação à indicação que tinha dado para a elaboração da mesma, visto que nessa indicação não estava presente a indicação do Terceiro ponto desta ordem de trabalhos. Após estes esclarecimentos o Senhor Primeiro Secretário deu a palavra da sessão ao oido de AGRR, que foi apresentado seu alterego. Passou-se depois para o primeiro ponto da ordem de trabalhos, tendo o Presidente da Assembleia feito o encerramento da correspondência recibida e expedida e dadas

informações sobre: a Tomada de posse do conselho Municipal no mesmo dia desta reunião pelas dezanove vozes; o consórcio da casa do Altar Tejo para a participação nas comemorações dos seus sessenta anos; moção enviada pela Asssembleia Municipal de Sesimbra sobre: "A Paz e suas armas Nucleares"; resultados das diligências feitas sobre a criação do Bando Reunificado Social.

O Seu deputado Municipal informou que por proposta da A.D.P.C., a Câmara se liaia associar à XVI de Altar, ciência e cultura, provocando seu alterar-se durante esta época, Diogo Guedes de Vasconcelos.

O Seu deputado Municipal Vítor voltou a referir - se à situação financeira dos Bombeiros Voluntários de Alter do Chão, que se agravava com o aproximar da época de fogos. Informou nesta ocasião que vai ser concedido um auto - banque à corporação, mas que a corporação financeira que padece é esta acima das suas condições materiais e financeiras.

Comenceu a tratar - se em seguida o segundo ponto da ordem de trabalhos, tendo o Seu Presidente da Câmara feito uma breve exposição sobre a necessidade da aprovação do orçamento fundo a qual se passou à votação de proposta da vereadora orçamentária, que foi aprovada por unanimidade.

Foi feito o segundo ponto da ordem de trabalhos o Seu Presidente da Câmara iniciou a discussão do terceiro ponto, fazendo uma explicação da proposta apresentada para Câmara sobre o aumento dos preços da água e do Aluguer dos solitários. Interviu em seguida o Seu deputado Municipal Moises que referiu ter feito uma franca crítica neste ultima proposta relativamente à apresentada na sessão anterior, mas criticou o facto da proposta não vir acompanhada de seu estudo sobre o assunto, concordando com conclusões

Conselho

sobre consensos médios, preço do módulo custeio de água à Câmara de. Repetiu ainda que a ALIANÇA PÓVO UNIDO não era contra o aumento do preço da água, mas que o aumento não deveria ser feito dessa forma de ressaltar a falta de água e que era preciso ter sempre em conta as condições econômicas da população evitando que sejam as pessoas de menor poder a recusar seu pagamento a pedreira.

O Sénior Deputado Municipal Pedro interveio neste ocasião para reafir que os Bombeiros em virtude do clima pagam a água que causaram e outras corporações também pagam. O Sénior Deputado Municipal Bento, questionou à câmara quais eram as fontes de alimentação para abastecimento público, tendo o Sénior Presidente da Câmara informado que 23% o Jardim, o Laranjal e a Zauza, estavam a ser feito esse fecho no Maranhão. Intervendo em seguida o Sénior Primeiro Secretário, afirmando que as pessoas têm que se habituar a pagar a água mas é justo que também o inadimplente pague os seus justos imposto que a água é seu bem essencial nos tempos modernos, a féz deles está acima dos custos e que a Câmara devia dar consideração o primeiro escalão pôde ser metade. O Sénior Deputado Municipal Moisés informou que tinha feito já em sessão anterior uma contraproposta em que o primeiro escalão iria até o módulo de metade. O Sénior Deputado Municipal José Eduardo Oliveira, lembrou que a Câmara não pode estar à espera de três meses de nova sessão da Assembleia para autorizar a câmara a aumentar os preços, porque isso deixa custos pendentes.

O Sénior Presidente da Assembleia disse que nada impedia a Assembleia de receber as reivindicações que fosse necessário, dando apenas que se deu em atenção os custos financeiros de cada sessão (Sénior de

presuras e deslocações), o Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para referir que a proposta apresentada não tinha a intenção de obrigar os cidadãos a custear a áfrica, exemplificando que só o preço do Marmelo custava cerca de dois mil e quinhentos contos (2.500.000,00). Referiu ainda que a áfrica estava muito barata comparado com o preço a que era vendido os cimentos em qualquer loja pública. O Sr. Presidente da Assembleia referiu que a questão da áfrica não pode ser equacionada em termos de custos, pois é bem essencial e seu direito de todos a população, e que só podia ser tratada numa situação ideal. Houve também rápidas discussões entre os deputados sobre o preço da áfrica, o Sr. Presidente da Assembleia sugerindo que fossem feitas propostas sobre o preço da áfrica, o Sr. Presidente da Assembleia lembrando que nada no referido impedia que se apresentassem propostas desse tipo. Subiu ainda que o Sr. Presidente da Câmara não tinha o direito de interromper o debate quando fazê-lo.

Passou-se depois à votação da proposta apresentada pela Câmara. Foi dito que o resultado da votação é o seguinte: Votação (11) Votos a favor; none (9) votos contra e cinco (5), abstenções. Começou-se depois a tratar do segundo ponto da ordem de trabalhos, devido o Sr. Presidente da Assembleia sugerido que fosse tratado neste ponto a questão do banco assinado sobre o processo do concurso para a atribuição de casas do Fundo Fomento da habitação. Após a Assembleia ter concordado com esta sugestão o Sr. Presidente da Câmara passou a encarregar a Assembleia do seguinte: Advertiu-se que irá dar nas próximas reuniões uma mesa de votos; está resolvidos o caso das casas da União; vai ser criado um ATICF uma escola para deficientes; vai ser adquirido pela Câmara um compressor; foi acordado concordado

Sanchez

para um Juiz federal civil, tendo na altura da audiência, ocupando apenas um concorrente; referiu-se finalmente ao abaixo assinado sobre acusações de irrefundabilidade no concurso acima referido, tendo dito que a população Tuiense dizido a rectâmulas e devia fazer? Pois, mas que aí ao momento não Tuiense nenhum dado objectivo que o levasse a considerar ter sido irrefundável e que o fez do abaixo-assinado por mero vago e não apresentava provas. Nesta ocasião o Presidente da Assembleia considerou que era importante ler na íntegra o fez do abaixo-assinado para entendimento da Assembleia, tendo passado a fazer a sua leitura.

Intervioiu em seguida o Deputado José Eduardo Góis Teixeira, que quis saber de quem era a responsabilidade da alegria das casas, referindo que não concordava que a Câmara dissesse o contrário ao que as pessoas dos serviços Municipais de Administração de Postos de Saúde e Hospital, bem conhecimento directo das bases pessocas. Disse que a Câmara Tuiense o direito de agir com justiça e que se devia interessar nestes casos que se faz referência a irrefundabilidades. O Deputado Presidente da Câmara respondeu que só se devem atendidas todas as rectâmulas e outras - sem posições de acordo com os dados objectivos que foram apresentados.

O Deputado Municipal Manoel Isai disse que a Câmara era o principal responsável por este processo e que esta era que deveria responder pelas irrefundabilidades, pois as pessoas fizeram que se descrevam. Aprovou assim da a sua independência para prestar-se a Câmara Tuiense um projecto urbanístico e como se faziam as aprovações dos projectos de construção.

Intervioiu em seguida o Deputado Mílton Júnior em destaque à mancha verde o governo central neste caso planeia as constrições de HABITAT,

Duas referidas concordâncias que nas preleções de Branca e Cunha houve, das quais a mais e Anchieta concorrentes, em Atos do Conselho já concorrentes e não há casas. O Senhor Deputado Municipal Góis, referiu que antes da lista do concurso sair já havia uma pessoa que sabia já receber uma casa. Deu-lhe até comprado mobília para ela. Referiu ainda ter havido casos de pessoas de elementos da Câmara, sobre as assinaturas Sociais que fizessem os inqueritos. O Senhor Deputado Municipal Mário, pergunhou quais eram casas havia aínda para serem atribuídas, tendo dito sido respondido que esta era a promessa feita de distribuição.

O Senhor Sámedro Soares fez interrogação para dizer que não havia dúvida que se estava pensando num caso grave, prezando gravíssimo e todos concordaram que o mesmo país se deveu na corrupção, embora Deputado tido que não autorizava dos funcionários, enfim, que a Câmara, com este aviso se debruçasse sobre este caso. Referiu que em outras cidades em que qualquer lado se passasse estes dados e era preciso estarem atentos. Referiu-se em seguida o Senhor Deputado Municipal Moisés, que disse ter havido se neste caso houve corrupção dados aquilo que se tem dito na Assembleia e Súberia, propondo mesmo, que fosse criada uma comissão para estudar e ouvir as pessoas para que se soubesse realmente se havia ou não desviado neste caso e até para bairra juiz das alegações da Câmara e da Assembleia. O Senhor Deputado Municipal Fernando Soares, disse não estar de acordo com a criação de uma comissão para este caso. O Senhor Deputado Municipal Moisés, insistiu na necessidade dessa comissão e apresentou concordantemente a proposta de que essa comissão fosse composta por seis representantes de cada grupo político representado na Assembleia.

Sanchez

O Señor José Eduardo Gómez fez proposta que a Câmara informasse os vários partidos políticos representados na Assembleia, das vozes dos seus representantes, das discussões feitas sobre este caso e depois estes representantes apresentariam as informações à Assembleia para esta tomara posição.

Serfere eu de dizer na mesa da Assembleia uma proposta que dia escusado: A hora já está adiantada, o Conselho já é notório nos meios da Assembleia; Amanhã é dia de Trabalho para Todos. Propõe-se que esta questão dessa possibilidade another dia com o resto da ordem de Trabalho. A proposta foi apresentada, pelo Sr. Bucha e aprovada, mas antes aprovou-se a constituição da comissão para o caso de distribuição das casas, que ficou assim constituída: Vila Aliança Povo Unido, Dr. Ayres Serrão, Vila Aliança Democrática, José Eduardo Gómez, e pelo Partido Socialista o Senhor Deputado Municipal Lacerda.

Não houve mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Mesa, deu a sessão por encerrada, da qual e, para constar, se lheve a presente Acta que vai ser despendente assinada, e eu fui assinado perante todos os presentes.

Acta N° 23 - 1983

Aos vinte e nove de Julho de mil novecentos e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Sala de Abertura dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Alter do Chão, com a seguinte ordem de Trabalhos: 1 - Salvoagendas; 2 - Plano de Saúde para a Região do Alto - Releição de seu representante da Assembleia Municipal para o Juiz de Paz; 3 - Descrevimento e Encerramento da sessão anterior; 4 - Processo de Distribuição de casas do Irix fornecido de HABITACAO.

Foi aprovada a convocação dos membros da Assembleia para que faltarem os Senhores Fernando Soares, José Mendes